



# **CÂMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO**

## **ESTADO DE MINAS GERAIS**

### **PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 2.165/2.025**

Da Comissão Legislação, Justiça e Redação Final.

#### **I- RELATÓRIO**

Vem a esta Comissão Legislação, Justiça e Redação Final; para análise e emissão de parecer ao **Projeto de Lei n.º 2.165/2.025** – que “AUTORIZA A REVERSÃO DE IMÓVEIS QUE SE ESPECIFICA, EM RAZÃO DE VÍCIOS QUE SE INDICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

#### **II- CONCLUSÃO DO RELATOR**

Análise Técnica e Parecer Jurídico da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

Projeto de Lei Ordinária nº 2.165/2025

Autor: Poder Executivo Municipal

Ementa: “Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo.”

---

#### **I – RELATÓRIO**

Trata-se de projeto de lei de iniciativa do Executivo que visa autorização legislativa para abertura de crédito especial no valor de R\$ 2.856.771,27 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, setecentos e setenta e um reais e vinte e sete centavos), com o objetivo de criar dotações orçamentárias específicas para novas estruturas administrativas da Secretaria Municipal de Governança e Segurança Institucional e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade.

A despesa é financiada por anulação de dotações do orçamento vigente e pelo superávit financeiro do exercício anterior, nos termos do art. 43 da Lei nº 4.320/1964 e do art. 167, § 2º da Constituição Federal.

---

#### **II – ANÁLISE JURÍDICA (Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final)**

##### **1. Iniciativa e Competência**

O projeto respeita a iniciativa privativa do Chefe do Executivo Municipal para abertura de crédito especial (art. 55, III, da Lei Orgânica



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO**

### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

Municipal), bem como observa a competência da Câmara para autorizar a matéria (art. 20, III, da LOM).

2. Adequação à Lei Orgânica Municipal e ao Regimento Interno

O projeto está redigido com clareza e contém exposição de motivos e estimativa de impacto orçamentário, nos moldes exigidos pelo art. 16 da LC 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Cumpre os requisitos formais de apresentação conforme art. 54 e seguintes da LOM e o art. 50 do Regimento Interno da Câmara.

3. Constitucionalidade e Legalidade

Não há vícios de inconstitucionalidade formal ou material. O projeto obedece aos preceitos da Lei 4.320/64, da LRF e da Constituição Federal, art. 167, incisos I, II e V.

#### **Conclusão Jurídica**

A Comissão opina pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, estando o projeto apto à deliberação do Plenário.

---

### **III – ANÁLISE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA (Comissão de Orçamento, Finanças, Obras e Serviços Públicos)**

1. Aspecto Orçamentário

A proposta altera o orçamento vigente por meio de crédito especial, o que é admissível quando há necessidade de criar nova dotação não contemplada na LOA, desde que haja autorização legislativa (art. 41, II, e art. 42 da Lei 4.320/64).

2. Indicação de Recursos

O art. 3º do projeto discrimina as anulações de dotações para cobrir a nova despesa, atendendo ao princípio do equilíbrio orçamentário (arts. 14, III, e 43, § 1º, III da Lei 4.320/64), e ao art. 114, inciso VI da LOM, que veda a abertura de créditos sem prévia autorização e sem a indicação dos recursos correspondentes.

3. Impacto Orçamentário e Financeiro

A estimativa de impacto indica que o crédito não compromete o equilíbrio fiscal, pois é coberto por anulação de dotações e superávit financeiro de 2023, demonstrando compatibilidade com o PPA, LDO e LOA, conforme exigência do art. 16, II, da LRF.

#### **Conclusão Financeira**

A Comissão manifesta-se pela adequação orçamentária e financeira do projeto, que pode seguir para apreciação do Plenário.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO**

### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

Diante do exposto, o determinado Projeto de Lei nº 2.165/2.025 tem parecer **FAVORÁVEL** deste relator para tramitação.

Sala das Comissões Jair Roberto da Silva, 24 de Março de 2025.

---

Maria Izabel Martins Crovato  
Relatora da Comissão

### **III- DECISÃO DA COMISSÃO**

Em face do exposto, acolhemos na integra o voto do relator e concluímos pela **regular tramitação** do Projeto de Lei nº 2.165/2.025.

Sala das Comissões Jair Roberto da Silva, 24 de Março de 2025.

---

Maria Izabel Martins Crovato  
Relator da Comissão de LJRF

---

Alex Vinicius Coelho  
Membro da Comissão de LJRF



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO** **ESTADO DE MINAS GERAIS**

---

Robson Nei Renier Capobiango  
Presidente da Comissão de LJRF